

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

11-06-2012. — O Juiz de Direito, *Dr. Sá Couto*. — O Oficial de Justiça, *Amélia João Morais Domingues*.

306172932



PARTE E

ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS

Diretiva n.º 8/2012

Gestão dos processos de mudança de comercializador de eletricidade

O Regulamento de Relações Comerciais (RRC) estabelece que os procedimentos e os prazos a adotar na gestão do processo de mudança de comercializador são aprovados pela ERSE, na sequência de proposta fundamentada apresentada pelo operador da rede de distribuição em média e alta tensão (MT e AT), entidade responsável pelo desenvolvimento desta atividade até à data de entrada em funcionamento do operador logístico de mudança de comercializador.

A análise da proposta apresentada à ERSE motivou a realização de diversas reuniões de trabalho entre a ERSE e o operador da rede de distribuição em média e alta tensão. Em resultado deste trabalho, a ERSE elaborou um documento com a sua proposta para os procedimentos e prazos de mudança de comercializador que submeteu a consulta das associações de consumidores, operadores de redes e comercializadores de eletricidade a atuar em Portugal Continental. Esta consulta decorreu entre 14 de março e 16 de abril de 2012, tendo sido possível, no âmbito deste processo, identificar diversas alterações e aperfeiçoamentos que foram incluídos na versão final dos procedimentos de mudança de comercializador de eletricidade.

A aprovação dos procedimentos de mudança de comercializador assume particular relevo num mercado elétrico totalmente liberalizado que entra agora numa nova fase, associada ao processo de extinção gradual de tarifas reguladas aprovado nos termos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março.

O modelo de extinção gradual das tarifas de venda a clientes finais visa criar condições para que os comercializadores possam oferecer eletricidade num contexto de efetiva concorrência, dinamizando a transição dos clientes para o mercado liberalizado.

A nova fase de extinção das tarifas reguladas de venda a clientes finais começa a 1 de julho para os cerca de 950 mil consumidores de eletricidade com uma potência contratada igual ou superior a 10,35 kVA. A última fase de extinção das tarifas reguladas de venda a clientes finais inicia-se a 1 de janeiro de 2013 para os cerca de 4,7 milhões consumidores de eletricidade com potência contratada inferior a 10,35 kVA.

Pelas razões anteriormente indicadas, espera-se que o número de mudanças de comercializador de eletricidade aumente significativamente a partir de 1 de julho de 2012. A atualização dos procedimentos de mudança de comercializar pretende dar resposta às necessidades do mercado de eletricidade, refletindo a experiência recolhida nos últimos anos de liberalização do mercado de eletricidade em que se registaram mais de 500 000 mudanças de comercializador e as alterações legislativas ocorridas em resultado da transposição para o direito nacional da Diretiva 2009/72/CE, que estabelece regras comuns para o mercado interno de eletricidade. As alterações aos procedimentos de mudança de comercializador refletem igualmente as necessidades de evolução assinaladas à ERSE pelos agentes de mercado, bem como os resultados da auditoria externa e independente efetuada aos processos de mudança de comercializador no setor elétrico, realizada em 2010.

As principais alterações aos procedimentos de mudança de comercializador incidem sobre as seguintes matérias:

- Possibilidade de ser indicada pelos comercializadores uma data preferencial para a mudança de comercializador.
- Clarificação do regime de acesso ao Registo do Ponto de Entrega (RPE) em linha com o estabelecido no RRC aprovado em 2011.
- Adaptação dos prazos associados aos diferentes processos de modo a respeitar o prazo máximo de 3 semanas para a mudança de comercializador consagrado na legislação nacional e comunitária.
- Alterações decorrentes da extensão da telecontagem às instalações em BTE (baixa tensão com potência contratada superior a 41,4 kW).
- Inclusão das instalações eventuais e provisórias no âmbito dos procedimentos de mudança de comercializador.
- Informação a enviar trimestralmente à ERSE para efeitos de monitorização do desempenho da plataforma de mudança de comercializador de eletricidade.

1.º Aprovar os procedimentos e prazos de mudança de comercializador de eletricidade para vigorar em Portugal Continental, os quais são publicados na página na internet da ERSE, em www.erse.pt.

2.º Os documentos relativos à especificação e à normalização do formato das mensagens que suportam os processos de mudança de comercializador, bem como os fluxogramas que detalham os procedimentos de mudança de comercializador, são publicados pelo operador da rede de distribuição em MT e AT na sua página na Internet, numa área exclusivamente dedicada a esta matéria.

3.º O documento e os fluxogramas referidos no número anterior encontram-se arquivados na ERSE, podendo ser disponibilizados a todas as entidades que o solicitem.

4.º O operador da rede de distribuição em MT e AT desenvolverá ações de informação junto das entidades que participam nos processos de mudança de comercializador, designadamente sobre o modelo de gestão das mensagens que suportam estes processos, o formato e a estrutura das mensagens, bem como os critérios de preenchimento dos campos das mensagens e a descrição do fluxo das mensagens.

5.º A presente deliberação não se aplica nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

6.º A presente deliberação entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

7.º Revogar o Despacho n.º 2045-B/2006, de 26 de janeiro.

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

11 de junho de 2012

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Vítor Santos

Doutor José Braz

Dr. Ascenso Simões